



## LÍNGUA PORTUGUESA

### Quem escreve as bulas?

Mário Prata

(Disponível em: <https://marioprata.net/cronicas/quem-escreve-as-bulas/>)

Quando me perguntam a profissão, e eu digo que sou escritor, logo vem outra em cima: de quê? De tudo, minha senhora. De tudo, menos de bula. Romance, cinema, teatro, televisão, poesia, ensaios, tudo-tudo, menos bula! Uma vez, num barzinho uma gatinha me perguntou o que eu escrevia, e disse que escrevia bula. Ela não deu a menor atenção para mim. Se dissesse que era cronista do Estadão, talvez tivesse mais sucesso. Por que o preconceito contra as geniais bulas? Quando é bula papal todo mundo leva a sério, mesmo que seja para dizer que não se pode fazer amor sem a intenção da procriação (que palavra mais animal!)

Não que eu não aprecie as bulas. Pelo contrário. Adoro lê-las. E com atenção. E, sempre, depois de ler uma, já começo a sentir todas as “reações adversas”.

Admiro, invejo esse colega que escreve bulas. Fico imaginando a cara dele, como deve ser a sua casa. Que papo tal escrivão deve levar com a mulher e com os vizinhos?

Tal remédio “é contraindicado a pacientes sensíveis às benzodiazepinas e em pacientes portadores de miastenia gravis”. Dá vontade de telefonar para o autor e perguntar como é que eu vou saber se sou sensível e portador? Quanto ele ganha por bula? Será que ele leva os obrigatórios dez por cento de direitos autorais? Merecem, são gênios.

Jamais, numa peça de teatro, num roteiro de um filme ou mesmo numa simples crônica conseguiria a concisão seguinte: “é apresentado sob forma de uma solução isotônica (que lindo!) de cloreto de sódio, que não altera a fisiologia das células da mucosa nasal, em associação com cloreto de benzalcônio”. Sabe o que é? O velho e inocente Rinosoro.

Vejam o texto seguinte e sintam na narrativa como o autor é sádico: “você poderá ter sonolência, fadiga transitória, sensação de inquietação, aumento de apetite, confusão acompanhada de desorientação e alucinações, estado de ansiedade, agitação, distúrbios do sono, mania, hipomania, agressividade, déficit de memória, bocejos, despersonalização, insônia, pesadelos, agravamento da depressão e concentração deficiente. Vertigens, delírios, tremores, distúrbios da fala, convulsões e ataxia”. Pronto, tenho que ir ao dicionário ver o que é ataxia: “incapacidade de coordenação dos movimentos musculares voluntários e que pode fazer parte do quadro clínico de numerosas doenças do sistema nervoso”. Já sentindo tudo descrito acima.

Quem mandou ler?

E quem tem úlcera pélvica não pode tomar remédio nenhum. Está condenado à morte? Toda bula odeia essa tal de úlcera pélvica. As demais úlceras entram como coadjuvantes nos textos dos autores buláticos (tem a palavra no Aurélio).

E as gestantes (é como os buláticos chamam a grávida)? Elas não podem tomar nenhum remédio. Os nobres coleguinhas protegem a gravidez.

E se você tem “intolerância conhecida aos derivados pirazolônicos”, te cuida, irmão. Deve dar em gente nascida em Pirassanunga e região.

Para todo remédio, uma bula diferente, um estilo próprio, um jeito de colocar a vírgula diferente.

[...]

E lembre-se sempre: todo medicamento deve ser mantido fora do alcance das crianças. E não tome remédio sem o conhecimento do seu médico. Pode ser perigoso para a sua saúde.

E pra cabeça!

Agora, falando sério. Admiro os escritores de bula. Assim como invejo os poetas. Talvez por nunca ter sido convidado (nem teria experiência) para escrever uma e nunca tenha conseguido escrever um poema. Sempre gostei de escrever as linhas até o final do parágrafo.

Para mim, o poeta é um talentoso preguiçoso. Nunca chega ao final da linha. Já repararam?

Já o bulático, esse sim, é um esforçado poeta!

1 Após leitura do texto, é correto afirmar:

- O objetivo do texto é fazer uma crítica à bula papal que defende o sexo somente em caso de procriação.
- Ser cronista do Estadão é uma profissão de maior prestígio do que ser autor de bula.
- O texto é uma conversa que o autor estabelece com uma senhora que lhe pergunta sobre sua profissão.
- O autor de bulas é admirado pela casa onde mora, por suas conversas com sua mulher e seus vizinhos.
- Quem escreve uma bula é um sádico que já condena à morte o portador de qualquer tipo de úlcera.

2 Nos excertos: “Para mim, o poeta é um talentoso preguiçoso.

Já o bulático, esse sim, é um esforçado poeta”.

Fica subentendido que:

- O poeta se diferencia do bulático pelo uso da linguagem.
- O poeta e o bulático estão na mesma categoria de escritores.
- O que diferencia um poeta de um bulático é o jeito particular deste de usar a vírgula.
- O bulático utiliza da linguagem coloquial e traços da oralidade nas bulas.
- O poeta sempre utiliza linguagem figurada e científica para expressar seus sentimentos.

3 Nos períodos:

*“Admiro, invejo esse colega **que** escreve bula. [...]”*

***Que** papo tal escrivão deve levar com a mulher e com os vizinhos?”*

Os termos grifados são, morfologicamente:

- pronome relativo – preposição
  - partícula expletiva – pronome interrogativo
  - pronome relativo – pronome interrogativo
  - pronome interrogativo – partícula expletiva
  - conjunção subordinativa integrante – conjunção coordenativa explicativa
- 4 Nos períodos abaixo, os termos grifados referem-se, respectivamente, a:
- Quando me perguntam a profissão e eu digo que sou escritor, logo vem **outra** em cima.*
- Não que eu aprecie as bulas. Pelo contrário. Adoro lê-las.*
- profissão – bulas
  - profissão – poesias
  - pergunta – poesias
  - pergunta – bulas
  - pergunta – perguntas
- 5 Passe a oração para o imperativo afirmativo utilizando a segunda pessoa do singular: “E não tome remédio sem o conhecimento do seu médico.”
- Tomai o remédio sem o conhecimento do vosso médico.
  - Tomas o remédio sem o conhecimento do teu médico.
  - Tome o remédio sem o conhecimento do seu médico.
  - Tomes o remédio sem o conhecimento do teu médico.
  - Toma o remédio sem o conhecimento do teu médico.
- 6 Marque a opção correta que preenche as lacunas:
- Este é o caminho \_\_\_\_ passo todos os dias.*  
*Não vá embora, \_\_\_\_ preciso falar com você.*  
*Não entendo o \_\_\_\_ de tanto ressentimento.*
- por que – porque - porquê
  - porque – porquê – por que
  - porquê – por que – por que
  - por que – porque – por que
  - porque – porque – por quê
- 7 Marque a opção em que as palavras seguem a mesma regra de acentuação de: **lógica, calendário**.
- vocábulo – médico
  - resistência – insistência
  - poderá – juízes
  - clínica – distância
  - tórax – saudável

8 Com base na charge, responda:



Em:

I – Só há uma solução lógica pra esse problema.

II – Só existe uma solução lógica pra esse problema.

Ao substituir o verbo haver por existir, os termos destacados nas orações exercem, respectivamente, a função sintática de:

- sujeito – sujeito
  - objeto direto – sujeito
  - objeto direto – objeto direto
  - objeto direto – complemento nominal
  - complemento nominal – adjunto adnominal
- 9 Marque a opção correta quanto à concordância verbal:
- Fazem anos que não a vejo.
  - Haviam muitos candidatos para a vaga.
  - Existem pessoas honestas no mundo.
  - Deu seis horas da manhã.
  - Era onze da noite quando chegamos.
- 10 Marque a opção que preenche corretamente as lacunas em: *Dirigiu-se \_\_ diretoria e começou \_\_ reclamar \_\_ todos os presentes.*
- à – à – à
  - a – a – a
  - a – à – à
  - a – à – a
  - à – a – a

**LEGISLAÇÃO**

**11** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Considerando o disposto na Constituição Federal, avalie os itens abaixo:

- I - As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores de carreira, e os cargos em comissão, a serem preenchidos apenas por servidores efetivos destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- II - O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- III - Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- IV - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
- b) apenas a assertiva III é verdadeira.
- c) apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- d) apenas a assertiva I é verdadeira.
- e) apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.

**12** A Lei nº 8.112/90 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Nos termos da Lei nº 8.112/90, avalie as assertivas abaixo:

- I - A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, a pedido, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente. A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 3 (três) meses.
- II - O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 10 (dez) dias.
- III - A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo

efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

- IV - Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a cinco dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- b) apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- c) apenas a assertiva III é verdadeira.
- d) todas as assertivas são verdadeiras.
- e) apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.

**13** Sobre os direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- b) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos seis meses, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- c) qualquer associação é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- d) São gratuitas as ações de "mandado de segurança" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- e) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

**14** A Lei nº 8.112/90 estabelece de forma expressa que, sem nenhum prejuízo, o servidor poderá ausentar-se do serviço nos seguintes termos:

- I - pelo período comprovadamente necessário para alistamento ou recadastramento eleitoral, limitado, em qualquer caso, a 3 (três) dias.
- II - por 1 (um) dia, para doação de sangue;
- III - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.
- IV - por 3 (três) dias consecutivos em razão de casamento.

Escolha a opção correta:

- a) todas as assertivas são verdadeiras.
- b) apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- c) apenas a assertiva III é verdadeira.
- d) apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- e) apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.

**15** O artigo 49-A da Lei nº 9.784/1999 estabelece a decisão coordenada no âmbito da Administração Pública federal. Considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar:

- a) Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação e relacionados ao poder sancionador.
- b) Considera-se decisão coordenada a instância de natureza interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada com a finalidade de burocratizar o processo administrativo mediante participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observada a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente.
- c) A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida e obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias.
- d) A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias e se aplica aos processos administrativos de licitação.
- e) As decisões administrativas que exijam a participação de 02 (dois) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.

**16** A Superintendência de Correição da Universidade Federal do Maranhão instaurou processo administrativo disciplinar, após procedimento investigativo prévio, para apurar conduta de docente acusado de praticar assédio sexual contra estudantes de determinado curso de graduação da UFMA. Ocorre que a autoridade instauradora pretende determinar medida cautelar de afastamento preventivo do servidor do exercício do cargo de docente com o fito de evitar que ele não venha a influir na apuração da irregularidade. Sobre o afastamento preventivo, nos termos da Lei nº 8.112/90 assinale a alternativa correta:

- a) o afastamento preventivo do exercício do cargo pode ocorrer pelo prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração e poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta), findo o qual, cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
- b) o afastamento preventivo do exercício do cargo pode ocorrer pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, com prejuízo da remuneração e poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
- c) o afastamento preventivo do exercício do cargo pode ocorrer pelo prazo de até 30 (dias) dias, com prejuízo da remuneração e poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual, cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
- d) o afastamento preventivo do exercício do cargo pode ocorrer pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo da remuneração e poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta), findo o qual, cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
- e) o afastamento preventivo do exercício do cargo pode ocorrer pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração e poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

**17** Mévio é servidor técnico-administrativo em administração da Universidade Federal do Maranhão e utiliza pessoal e recursos materiais da repartição em atividades particulares. Nos termos da Lei nº 8.112/90 o servidor, após processo administrativo disciplinar com as garantias do contraditório e da ampla defesa, estará sujeito à seguinte penalidade administrativa:

- a) suspensão
- b) advertência
- c) demissão
- d) destituição
- e) cassação

**18** O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. Acerca da Carreira de Magistério Superior e do cargo isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior, nos termos da Lei nº 12.772/2012, assinale a alternativa correta.

- a) O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual serão exigidos: título de doutor; e 05 (cinco) anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE.
- b) O concurso público para ingresso na Carreira de Magistério Superior tem como requisito de ingresso o título de mestre na área exigida no concurso.
- c) A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pela de título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada do dirigente máximo da instituição.
- d) O concurso para o cargo isolado de Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação.
- e) O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual serão exigidos: título de doutor; e 10 (dez) anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Reitor de cada IFE.

**19** A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sobre as definições estabelecidas na referida lei, avalie as assertivas abaixo:

- I – projeto executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

II – reajustamento em sentido estrito: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

III – repactuação: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

IV – sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratação em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada.

Escolha a opção correta:

- a) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
- b) apenas a assertiva IV é verdadeira.
- c) apenas a assertiva I é verdadeira.
- d) apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- e) apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.

**20** “Um dos fatores mais importantes para a classificação reside na exequibilidade da proposta, ou seja, na verificação sobre se terá condições de ser cumprida. Proposta inexequível, pois, é aquela sem condições de ser executada. Por isso a Administração tem a faculdade de fazer diligências para aferir essa condição ou impor ao licitante que a demonstre.” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2023 e-book). Nos termos da Lei nº 14.133/2021, em se tratando de obras e serviços de engenharia, será considerada inexequível a proposta com valor inferior a:

- a) 60% (sessenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- b) 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- c) 80% (oitenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- d) 65% (sessenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- e) 90% (noventa por cento) do valor orçado pela Administração.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

- 21** O orçamento deve conter todas as receitas a serem arrecadadas e todas as despesas a serem realizadas no exercício financeiro. Selecione a opção correta que representa o princípio acima descrito:
- Da anualidade
  - Da totalidade
  - Da exclusividade
  - Da universalidade
  - Da unidade
- 22** Quais são os créditos adicionais que dependem da prévia autorização legislativa e da indicação dos recursos disponíveis que compensarão a sua abertura?
- Créditos especiais e complementares
  - Créditos suplementares e especiais
  - Créditos extraordinários e especiais
  - Créditos suplementares e extraordinários
  - Somente os créditos suplementares
- 23** Onde estão compreendidas as metas e as prioridades da administração para o exercício financeiro subsequente?
- na Lei das metas prioritárias
  - na Lei do Orçamento Plurianual de investimentos
  - na Lei de Diretrizes Orçamentárias
  - na Lei de responsabilidade Fiscal
  - na Lei do Plano Plurianual
- 24** A gestão pública utiliza os seguintes sistemas de contas:
- sistema orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação
  - sistema unificado, contas patrimoniais e de resultado
  - sistema orçamentário, financeiro e patrimonial
  - sistema misto e de caixa
  - sistema de caixa e de competência
- 25** A auditoria que examina os atos governamentais relativos aos aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade é \_\_\_\_\_. Selecione a opção CORRETA para preencher o espaço:
- de sistemas
  - de gestão
  - de cumprimento
  - especial
  - operacional

- 26** Quanto às características da auditoria interna e externa, identifique a opção CORRETA:
- a auditoria interna é obrigatória por determinação legal, e a auditoria externa deve disponibilizar os papéis de trabalho sempre que solicitado.
  - a auditoria interna é independente da entidade, e a auditoria externa deve realizar testes nos controles internos e modificá-los quando necessário.
  - a auditoria interna tem por objetivo a revisão das atividades da entidade continuamente, e a auditoria externa é independente em todos os aspectos.
  - a auditoria interna não avalia os controles internos, enquanto a auditoria externa os elabora, modifica e implanta na instituição auditada.
  - a auditoria interna tem por objetivo atender à gestão da empresa ou do órgão, enquanto a auditoria externa objetiva atender às necessidades da diretoria da instituição.
- 27** Apresentam-se as informações abaixo relativas a um hipotético exercício financeiro.

Receitas Correntes Previstas	\$ 180.000	Despesas Correntes Fixadas	\$ 150.000
Receitas Correntes Executadas	\$ 240.000	Despesas Correntes Executadas	\$ 120.000
Receitas de Capital Previstas	\$ 120.000	Despesas de Capital Fixadas	\$ 150.000
Receitas de Capital Executadas	\$ 90.000	Despesas de Capital Executadas	\$ 150.000

Com base nas **informações** apresentadas, no que se refere à execução do orçamento, podemos afirmar que:

- Houve um superávit de \$ 60.000 e um déficit de capital de \$ 120.000.
- O excesso de \$ 60.000 na receita realizada não poderá ser utilizado na suplementação da despesa de capital.
- É inevitável a realização da despesa de \$ 300.000 em função do limite inicialmente fixado.
- O efeito resultante do excesso de arrecadação e da economia da despesa incorpora-se ao orçamento do exercício financeiro seguinte.
- Houve um superávit corrente de \$ 120.000 e um déficit de capital de \$ 60.000.

- 28** Entre as opções abaixo, identifique a que está de acordo com os princípios e diretrizes de governança, em conformidade com as recomendações internacionais, e o Tribunal de Contas da União nos termos do Decreto 9.203/2017:
- Capacidade de resposta, integridade, equidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência.
  - Capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência.
  - Capacidade de resposta, integridade, reciprocidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência.
  - Capacidade de resposta, integridade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência.
  - Capacidade de resposta, integridade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência e equidade.
- 29** O servidor auditor do TCU deverá observar os princípios éticos que integram o código de ética dos servidores do Tribunal de Contas da União. Escolha abaixo a alternativa CORRETA que apresenta rigorosamente esses princípios
- interesse público, preservação e defesa do patrimônio público; integridade; independência, objetividade e imparcialidade; uso do cargo, de informações e de recursos logísticos
  - interesse público, preservação e defesa do patrimônio público; integridade; independência, objetividade e imparcialidade; uso do cargo, de informações e de recursos materiais
  - interesse público, preservação e defesa do patrimônio público; integridade; independência, objetividade e imparcialidade; uso do cargo, de informações e de recursos financeiros
  - interesse público, preservação e defesa do patrimônio público; integridade; independência, objetividade e imparcialidade; uso do cargo, de informações e de recursos humanos
  - interesse público, preservação e defesa do patrimônio público; integridade; independência, objetividade e imparcialidade; uso do cargo, de informações e de recursos públicos
- 30** A determinação precisa dos objetivos da auditoria, bem como a identificação do universo a ser examinado, são algumas das exigências básicas para a elaboração de um adequado\_\_\_\_\_. Selecione a opção CORRETA para preencher o espaço:
- programa de trabalho de auditoria
  - plano de amostragem estatística
  - plano de contingências da auditoria
  - programa de risco de auditoria
  - sistema de controles internos
- 31** Os procedimentos de auditoria descritos no programa de trabalho devem ser aplicados em termos de\_\_\_\_\_. Selecione a opção CORRETA para preencher o espaço:
- risco, complexidade e relevância
  - oportunidade, controle interno e relevância
  - volume de saldo, relevância e extensão
  - natureza, oportunidade e extensão
  - volume de operações, relevância e saldo
- 32** Quais são as etapas que se sucedem no processo de auditoria interna?
- Planejamento dos trabalhos, plano de auditoria interna, execução de auditoria, comunicação dos resultados, monitoramento
  - Plano anual de auditoria interna, planejamento dos trabalhos, execução de auditoria, comunicação dos resultados, monitoramento
  - Execução de auditoria, planejamento dos trabalhos, monitoramento, comunicação dos resultados
  - Comunicação dos resultados, monitoramento, planejamento dos trabalhos, plano de auditoria interna
  - Monitoramento, planejamento dos trabalhos, plano de auditoria interna, comunicação dos resultados
- 33** As verificações de limites de autoridade e responsabilidades definidos de segregação de funções, limites de acesso físico aos ativos e registros contábeis são alguns procedimentos aplicados pelo auditor externo de demonstrações contábeis com a finalidade principal de\_\_\_\_\_. Selecione a opção CORRETA para preencher o espaço:
- elaborar relatório de recomendações
  - determinar o risco de detecção
  - avaliar o ambiente de controle
  - emitir relatório de revisão das normas internas
  - identificar as partes relacionadas
- 34** O auditor deve avaliar o sistema contábil de controles internos de uma entidade para determinar\_\_\_\_\_. Selecione a opção CORRETA para preencher o espaço:
- a natureza, a oportunidade e a extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria
  - a relevância, o risco de auditoria e a avaliação dos procedimentos de auditoria
  - os riscos inerentes, os de controle e os de detecção da aplicação dos testes de auditoria
  - as estimativas contábeis, a aplicação dos procedimentos de auditoria e o risco de controle
  - a relevância dos saldos, o risco de detecção e a avaliação do controle de qualidade do auditor anterior

- 35** Selecione abaixo o procedimento técnico correto de auditoria para certificar a adequação do saldo contábil da depreciação acumulada:
- revisão analítica
  - observação
  - investigação e confirmação
  - cálculo
  - inspeção.
- 36** Os procedimentos de revisão analítica pertencem ao conjunto de \_\_\_\_\_. Selecione a opção CORRETA para preencher o espaço:
- testes de inventário físico
  - testes de observância
  - testes de transação de saldos
  - testes de controle interno
  - testes substantivos
- 37** As informações de demonstrações contábeis obtidas pelo auditor externo para chegar às conclusões em que se baseia a sua opinião denomina-se \_\_\_\_\_. Selecione a opção CORRETA para preencher o espaço:
- procedimento de comprovação
  - evidência de auditoria
  - teste de controle
  - procedimentos analíticos
  - teste de transação.
- 38** Em razão da complexidade e do volume de operações, a aplicação dos procedimentos de auditoria deve ser realizada por meio de \_\_\_\_\_. Selecione a opção CORRETA para preencher o espaço:
- provas seletivas, testes e amostragens
  - provas seletivas, investigação e amostragens
  - testes, amostragens e investigação
  - planejamento, testes e provas seletivas
  - testes, investigação minuciosa e planejamento
- 39** Ao auditar o imobilizado, o auditor verifica se veículos adquiridos pela entidade existem. Essa é a aplicação do procedimento de \_\_\_\_\_. Selecione a opção CORRETA para preencher o espaço:
- exame documental
  - conferência de cálculo
  - inspeção física
  - procedimento de revisão analítica
  - observação
- 40** Assine a alternativa CORRETA que identifica um procedimento de auditoria para evidenciação de um evento subsequente:
- exame dos pagamentos realizados no período auditado
  - circularização do saldo de contas a receber do período findo auditado
  - inventário físico dos saldos de abertura e final do período auditado
  - exame de devolução de vendas realizadas no período seguinte auditado
  - testes de adição do imobilizado realizado durante o período auditado
- 41** O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Sobre o processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/90, é correto afirmar:
- quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos dois médicos psiquiatras.
  - o processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente que indicará, entre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo comissionado superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
  - verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior apenas poderá declarar totalmente a sua nulidade e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.
  - os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, somente após a instauração do processo disciplinar.
  - tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas. O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista ao processo na repartição.

42 Maria Sylvia Zanella Di Pietro conceitua “o ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário” (Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023, e-book). Sobre o ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) licença é o ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.
- b) atos de gestão seriam os praticados pela Administração com todas as prerrogativas e privilégios de autoridade e impostos unilateral e coercitivamente ao particular independentemente de autorização judicial, sendo regidos por um direito especial exorbitante do direito comum, porque os particulares não podem praticar atos semelhantes, a não ser por delegação do poder público.
- c) alvará é o instrumento pelo qual a Administração Pública confere licença ou autorização para a prática de ato ou exercício de atividade sujeitos ao poder de polícia do Estado.
- d) permissão, em sentido amplo, designa o ato administrativo bilateral, vinculado e gratuito pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.
- e) homologação é o ato unilateral e discricionário pelo qual a Administração Pública reconhece a legalidade de um ato jurídico.

43 José dos Santos Carvalho Filho conceitua “o poder de polícia como prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade”. (Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023, e-book). Sobre o poder de polícia, avalie as assertivas a seguir:

- I - a Polícia Judiciária, que, embora seja atividade administrativa, prepara a atuação da função jurisdicional penal, o que a faz regulada pelo Código de Processo Penal e executada por órgãos de segurança (polícia civil ou militar), ao passo que a Polícia Administrativa o é por órgãos administrativos de caráter mais fiscalizador.
- II - a prerrogativa de praticar atos e colocá-los em imediata execução, com a dependência à manifestação judicial prévia, é que representa a autoexecutoriedade. Tanto é autoexecutória a restrição imposta em caráter geral, como a que se dirige diretamente ao indivíduo, quando, por exemplo, comete transgressões administrativas.

III - a coercibilidade estampa o grau de imperatividade de que se revestem os atos de polícia. A Polícia Administrativa, como é natural, não pode curvar-se ao interesse dos administrados de prestar ou não obediência às imposições. Se a atividade corresponder a um poder, decorrente do *ius imperii* estatal, há de ser desempenhada de forma a obrigar todos a observarem os seus comandos.

IV - na esfera da Administração Pública federal, direta ou indireta, a ação punitiva, quando se tratar do exercício do poder de polícia, prescreve em três anos contados da data da prática do ato ou, em se tratando de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

Assinale a opção correta:

- a) apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- b) apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- c) apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.
- d) todas as assertivas são verdadeiras.
- e) apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.

44 José dos Santos Carvalho Filho conceitua serviço público “como toda atividade prestada pelo Estado ou por seus delegados, basicamente sob regime de direito público, com vistas à satisfação de necessidades essenciais e secundárias da coletividade” (Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023, e-book). Sobre os serviços públicos, avalie as assertivas a seguir:

- I- Serviços delegáveis são aqueles que só podem ser prestados pelo Estado diretamente, ou seja, por seus próprios órgãos ou agentes. Exemplifica-se com os serviços de defesa nacional, segurança interna, fiscalização de atividades, serviços assistenciais
- II- Serviços coletivos (*uti universi*) são aqueles prestados a grupamentos indeterminados de indivíduos, de acordo com as opções e prioridades da Administração, e em conformidade com os recursos de que disponha. São exemplos os serviços de pavimentação de ruas, de iluminação pública, de implantação do serviço de abastecimento de água, de prevenção de doenças e outros do gênero. Tais serviços são prestados de acordo com as conveniências e possibilidades administrativas e, desse modo, não têm os indivíduos direito subjetivo próprio para sua obtenção, muito embora possam suas associações mostrar à Administração a necessidade de serem atendidos.
- III - os serviços singulares (*uti singuli*) preordenam-se a destinatários individualizados, sendo mensurável a utilização por cada um dos indivíduos. Exemplos desses serviços são os de energia domiciliar ou de uso de linha telefônica.
- IV- Uma forma de execução indireta dos serviços públicos, sob o aspecto da descentralização, é a

transferência dos serviços públicos a particulares, que, por isso, se caracterizam como particulares em colaboração com o Estado. Trata-se da delegação legal, porque sua instituição se efetiva por meio de negócios jurídicos regradados basicamente pelo direito público — a concessão de serviço público e a permissão de serviço público.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas as assertivas II e III são verdadeiras.  
 b) apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.  
 c) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.  
 d) apenas a assertiva II é verdadeira.  
 e) apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- 45** Maria Sylvia Zanella Di Pietro assevera que “compõem a Administração Indireta, no direito positivo brasileiro, as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as sociedades de economia mista, as empresas públicas, as subsidiárias dessas empresas e os consórcios públicos” (Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023, e-book). Sobre a administração indireta, assinale a alternativa correta:
- a) a empresa subsidiária da sociedade de economia mista ou da empresa pública é aquela em que o controle acionário, ou seja, a maioria das ações com direito a voto, é exercido pela União e o controle indireto pela sociedade de economia mista ou pela empresa pública.  
 b) a sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito público, em que há conjugação de capital público e privado, participação do Poder Público na gestão e organização sob forma de sociedade anônima, com as derrogações estabelecidas pelo direito público e pela própria lei das sociedades anônimas.  
 c) a empresa pública é pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente privado (com possibilidade de participação das entidades da Administração Indireta) e organização sob a forma de sociedade anônima.  
 d) a autarquia instituída pelo Poder Público caracteriza-se por ser um patrimônio, total ou parcialmente público, a que a lei atribui personalidade jurídica de direito público ou privado, para consecução de fins públicos.  
 e) autarquia é pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

**46** No que concerne à classificação das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade e eficácia, analise as assertivas a seguir e assinale à opção correta:

- I - As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação imediata.  
 II - As normas de eficácia plena não são passíveis de regulamentação infraconstitucional porque já produzem todos os seus efeitos essenciais.  
 III - As normas programáticas, que possuem eficácia limitada, vinculam tanto o legislador infraconstitucional, que deve observá-las no exercício da atividade legislativa, quanto o administrador, que deve atuar no sentido de concretizar tais direitos, sob pena de incorrer em omissão.  
 IV - As normas programáticas são as que tratam de programas socioeconômicos e têm aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, pois requerem norma infraconstitucional para que se materializem.
- a) Apenas II, III estão erradas.  
 b) Apenas I e III estão corretas.  
 c) Apenas I e IV estão corretas.  
 d) Apenas II está errada.  
 e) Todas estão corretas.

**47** Conforme as previsões constitucionais acerca da União, seus bens e competências, assinale a alternativa correta:

- a) Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, assim como o mar territorial e os recursos minerais, excetuados os do subsolo, são bens da União.  
 b) Compete à União e aos Estados legislar concorrentemente sobre diretrizes e bases da educação nacional.  
 c) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. No entanto a superveniência de lei federal nesse sentido suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário.  
 d) É competência específica da União zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.  
 e) É concorrente, entre Estados e União, a competência para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação.

- 48** Acerca da organização político-administrativa e dos princípios previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, observe as assertivas abaixo e, em seguida, escolha a opção correta:
- I. Só o Estado federal tem soberania, uma vez que às entidades federativas são atribuídas parcelas de autonomia política, de acordo com as competências constitucionalmente definidas.
  - II. O exercício do poder político é compartilhado entre a União e as demais entidades federadas.
  - III. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
  - IV. A afirmação de que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos, nos termos da CF, retrata o princípio fundamental da República Federativa do Brasil denominado princípio do Estado democrático de direito.
- a) todas estão corretas.
  - b) apenas I, II e III estão corretas.
  - c) todas estão incorretas.
  - d) apenas I e II estão corretas.
  - e) apenas I, II e IV estão corretas.
- 49** Considerando as disposições constitucionais sobre o Poder Executivo, escolha a opção correta, após considerar as assertivas a seguir:
- I – Compete, privativamente, ao Presidente da República, sem possibilidade de delegação, decretar e executar a intervenção federal.
  - II – A competência do Presidente da República para dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, não é passível de delegação.
  - III – Cargos e funções, no âmbito do Executivo, somente podem ser criados por lei, mas podem ser extintos por decreto, desde que estejam vagos.
- a) Apenas I e III estão corretas.
  - b) Todas estão corretas.
  - c) Todas estão incorretas.
  - d) Apenas a II está correta.
  - e) Apenas I e II estão incorretas.
- 50** Considerando a disciplina constitucional de nosso ordenamento jurídico que trata da responsabilidade do Presidente da República, avalie as afirmações abaixo e, em seguida, escolha a opção correta:
- I - Os atos do Presidente da República que atentem especialmente contra a probidade na administração, a lei orçamentária e o cumprimento das leis e das decisões judiciais são crimes de responsabilidade denominados crimes funcionais.
  - II – O rol de crimes de responsabilidade do Presidente da República previstos no texto constitucional é meramente exemplificativo.
  - III – São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: a existência da União; o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos poderes constitucionais das unidades da Federação; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade na administração; a lei orçamentária; e o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- a) Apenas III está correta.
  - b) Apenas II está correta.
  - c) Apenas I e III estão corretas.
  - d) Todas estão corretas.
  - e) Apenas I está correta